



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decisão, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

Alimentação Do Trabalhador ? Jornal O Estado De São Paulo ? 1937-1945

Autoria: Maria Cecília Barreto Amorim Pilla, Maria Clara Pereira Barreto Amorim

No Brasil as preocupações do Estado em alimentar braços para o work já vem desde o período colonial. Ações efetivas nesse sentido, no entanto, só se fizeram presentes no século XX. Ainda que foi preciso chegarmos ao século XXI para que saíssemos oficialmente do Mapa da Fome, ainda que, ultimamente o temor de que voltemos a figurar nele nos ronda. As descobertas científicas mundiais da virada do século XIX para o XX chegaram ao Brasil, e trouxeram com elas muitas novidades no que diz respeito às vitaminas, proteínas, e, também às técnicas de conservação e diminuição dos riscos de contaminação. Médicos e biólogos brasileiros se interessavam cada vez mais pelo assunto, e o que mais se destacou foi Josué de Castro. O problema alimentar no Brasil passa a chamar mais e mais a atenção do Estado que passa a reconhecer entre os problemas de saúde pública brasileira a fome e a desnutrição. A partir desse período esse problema passa a fazer parte da agenda política brasileira. Muitas medidas foram tomando forma ao longo do período, até que em 1940, o enfrentamento da fome é formalmente considerado um problema social que necessita de políticas públicas para seu combate, assim é que se propõem ações para introdução de novos alimentos e desenvolvimento de novas práticas educativas para a alimentação. As políticas nacionais de alimentação e nutrição têm início com o SAPS (Serviços de Alimentação e Previdência Social, na década de 1940, cujo principal objetivo era prestar serviço nutricional para a classe dos trabalhadores brasileiros. Diante desse quadro, uma pergunta se impõe, qual o papel do alimento em relação à soberania alimentar e a construção de paradigmas de saúde para o trabalhador num Brasil do Estado Novo? Dessa forma é que a presente



pesquisa pretende empreender uma análise sobre as referências sobre a ?alimentação do trabalhador? presentes no Jornal o Estado de São Paulo, no período, buscando uma dimensão a partir de indicadores na análise das notícias, receitas, orientações nutricionais, conselhos médicos, entre outros, procurando uma faceta subjetiva da nutrição, com o objetivo de compreender melhor a complexidade alimentar brasileira em seu processo culturalmente constituído.



Realização:



Apoio:



Organização:

